

A EXPANSÃO FINANCERIZADA DO ENSINO SUPERIOR E DA PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL

THE FINANCIAL EXPASION OF HIGHER EDUCATION AND POST-GRADUATION IN BRAZIL

LA EXPANSIÓN FINANCIERA DE LA ENSEÑANZA SUPERIOR Y DEL POSTGRADO EM BRASIL

Manoel Fernandes de Sousa Neto

Doutorado em Geografia Humana pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (PPGH/FFLCH/USP). Professor Doutor da área de Teoria e Método da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo. Avenida Lineu Prestes, 338, Cidade Universitária, São Paulo, SP. Email: manoeffernandes@usp.br

RESUMO

Este artigo discute o processo de expansão da pós-graduação em Geografia no Brasil, caracterizada por ocorrer no interior de uma lógica financeirizada e mercantil de produção do conhecimento e formação intelectual.

Palavras-Chaves: Pós-Graduação – Geografia – Universidade

ABSTRACT

This article discusses the post-graduation expansion process on Geography in Brazil, characterized by occurring in a mercantile and financial logic of knowledge production and intellectual formation.

Key- Words: Post-Graduation; Geography; University

RESUMEN

Este articulo aborda el proceso de expansion del postgrado en Geografia en el Brasil, caracterizado por suceder en interior de una logica financiera y mercantil de la producción del conocimiento y formación intelectual.

Palavras Claves: Postgrado; Geografia; Universidad

O processo de expansão do ensino superior e da pós-graduação no Brasil é um fato irretocável quando nos deparamos com a frieza abstrata dos números e a visão positiva dos dados que conseguem mobilizar.

É por isso que, não raramente, os números são apresentados como continentes de uma factualidade festejada com gráficos ascendentes, preenchimento de espaços vazios no *puzzle* do continente nacional e, claro, médias e mais números que objetificam a eficiência, a eficácia e o presumido acerto das políticas de expansão.

A pergunta que nos cabe fazer é a que preço e sob a égide de que cultura científica e intelectual se realizou o processo de expansão enunciado objetivamente em algarismos luminosos?

A resposta provisória e parcial que gostaríamos de oferecer é a de que a expansão nesse caso se deu com bases em uma cultura de formação intelectual e produção científica financeirizadas.

A primeira evidência para que essa resposta seja possível de ser oferecida é que, mesmo habitando a esfera pública o sentido da expansão foi calcado em uma lógica privada, privatista e regulada pelas práticas produtivistas do mercado.

Ao dizer isso queremos propor que a qualidade do processo de expansão foi a da esfera da circulação do capital e, por este motivo pode ser considerada como uma expansão insersora e subordinada do trabalho intelectual aos níveis da graduação e pós-graduação na reprodução do capital fictício portador de juros. (CHESNAIS, 2010; MARX, 1991)

O valor da expansão na pós-graduação no Brasil, a exemplo da própria graduação, de maneira distinta, tem se dado com base em um empreendedorismo cujo sucesso é determinado pela obtenção de créditos para amearhar maiores somas de recursos provenientes diretamente do mercado – nas festejadas e almejadas parcerias universidade/ empresas – ou mediadas pelo Estado que cada vez mais financia apenas as áreas e investigações que possam obter ou proporcionar ganhos, dividendos e lucros.

O problema da lógica da expansão universitária e científica com base na realização de lucros é que ela sempre se inicia com uma imensa oferta de crédito, crédito que na maior parte ou na sua quase totalidade no estágio inicial é oferecida pelo próprio Estado à serviço do mercado e com vistas mesmo a conformar um mercado de bens específicos, constituir os meios de garantia para sua realização e em seguida repassar todos os gastos e investimentos realizados com poupança dos trabalhadores (constituída por impostos, fundos, reservas, etc.) para as corporações que vão receber todo o patrimônio constituído material e imaterial, para administrar ou gerir as formas que melhor lhe convier de obter do negócio as maiores taxas de lucro que puderem extrair.

A depender de termos alguma razão em nossa análise, poderíamos indicar que as mudanças na legislação educacional em todos os níveis de ensino no Brasil datados de fins dos anos 1990, relativos à LDB, PCN's, DCN's, SINAES, SAEB entre outros, visaram urdir e conectar um sistema educacional e de produção científica assentado em uma lógica de mercado global e, cada vez mais, afeita à ideologia da sociedade do conhecimento que se realiza por intermédio de uma avaliação permanente de que saberes e profissionais podem em uma canhestra competição fazer soar as máquinas caça-níqueis que engordam os porquinhos de cerâmica das grandes corporações educacionais, das empresas que precisam de inovação científico-técnica permanente, dos fundos de pensão e de outras “entidades fantasmáticas” que existem para mediar e realizar o capital fictício, o capital portador de juros.

O modelo de “gestão” que vimos nos últimos 20 ou 30 anos ser implementado no Brasil é realizado por uma burocracia universitária e uma pseudo “intelligentsia” que dirige os negócios da pós-graduação e produção científico-técnica baseada nos índices, números, tabelas e progressões que são produzidas por corporações de assessoria especializada ao mercado financeiro como a Thomson Reuters. (SOUSA NETO, 2016)

A pobreza intelectual dessa gente da gestão é tão constrangedora que ela aprendeu de maneira quase mimética a se esconder por trás de uma avalanche de números e para defender à própria condição de se terem tornados espécies de gerentes desse negócio, capatazes do mercado intelectual financeiro mundial.

A crítica aqui, espero que entendam, não é pessoal, mas a uma cultura que se tem propalado entre nós de que devemos fazer aquela ciência, formar aqueles cientistas e realizar aquelas pesquisas que são eficientes na medida em que arrolam fundos e fomento cada vez maiores, não importando sua origem e seu fim, para já não se perguntarem mais se o dinheiro que lhes provém o pensamento vem das grandes corporações imobiliárias ou dos fundos de investimentos que se alimentam do trabalho escravizado.

Ao mesmo tempo e nesse movimento a expansão visou destruir tudo o que era bem comum, o que pudesse estar vinculado à coisa pública e, pasmem, até mesmo às práticas minimamente republicanas. E o engodo começou, claro, com vasta oferta de crédito e, como não podia deixar de ser, muito dinheiro para investir, já que para a constituição de um sistema de mercado educacional e de pós-graduação era necessário abrir as portas do mercado para uma multidão de consumidores submetidos por inúmeras gerações à condição de demanda reprimida.

O problema é que não se muda uma cultura intelectual ou se cria uma onde às vezes diziam não existir nenhuma, sem alguns processos que são de encantatória cooptação ou desavergonhada violência.

Um possível exemplo dessa contradição está no fato de que para destruir a universidade pública no Brasil um dos movimentos necessários, por dentro dessa mesma universidade pública, foi o de criar um sistema de pós-graduação de viés privado e calcado em uma lógica produtivista, de competição fraticida entre os investigadores, instituições e programas e com uma noção de fomento ao trabalho intelectual completamente financierizada. Por isso abateu-se entre nós, não raro, sentimentos de esquizofrenia entre o tempo lento das aulas e os prazos curtos da pesquisa; o esvaziamento empobrecedor da graduação como formação inicial indispensável e o prestígio fetichizante do dinheiro para fazer pesquisa da pós; o tempo das aprendizagens processuais e os encurtamentos de modelos *fast food* de mestrados e doutorados. A fratura acompanhou-se com a criação de, a grosso modo, duas categorias de professores universitários dentro das mesmas IES Públicas: os improdutivos “relegados” à dar aulas na graduação e os pesquisadores produtivos vinculados a pós-graduação que atendiam às demandas sempre novas de uma competitividade tão reificada quanto mercantil.

Alguns estudos apontam para aquilo que vimos dizendo até aqui e a literatura que tivemos oportunidade de compulsar, além de recente – para não dizerem por ai que citamos artigos *vita senis* com mais de três, quiçá cinco anos de publicação – demonstra em largas tintas como as atividades de graduação e pós-graduação tem sido executadas dentro de uma cultura do dinheiro que só tem como uso o empréstimo a juros que o faz virar mais dinheiro portador de mais juros.

Em artigo intitulado a Expansão da Educação Superior no Brasil e a Hegemonia Privado-Mercantil: o caso da UNESA [Universidade Estácio de Sá], as autoras Deise Mancebo e Andréa Araujo do Vale, ambas à época vinculadas à UERJ onde há meses nossos colegas docentes e trabalhadores recebem salários atrasados e a conta gotas e estão impedidos de trabalhar porque o Estado não repassa o mínimo para custeio, destaca-se que:

A expansão da educação superior brasileira é um tema complexo que abrange, pelo menos, quatro grandes linhas dignas de análise. Ela compreende: (1) ações do governo federal expandindo vagas, matrículas e cursos nas instituições federais de ensino superior (ifes), seja pela multiplicação dos campi das IFES já existentes, pela expansão do número de instituições, ou ainda mediante programas de reestruturação do setor, como é o caso do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), criado pelo Decreto Presidencial n. 6.096, de 24 de abril de 2007; (2) a expansão

da pós-graduação com a redefinição de seus rumos no sentido do empresariamento do conhecimento; (3) uma forte diferenciação de cursos, instituições e modalidades de ensino, cabendo destaque, desde o início desta década, à utilização do ensino à distância (EaD) e (4) um expressivo aumento das instituições de ensino superior (IES) com fins lucrativos, isto é, privado-mercantis. (2013, p. 82)

O texto das professoras Deise Mancebo e Andréa do Vale segue demonstrando como a criação de um sistema privado de ensino superior foi bancado pelo Estado saído do golpe militar-empresarial de 1964, quando tivemos uma inversão na relação do ensino superior público e privado, passando o setor privado que era minoritário a ser majoritário na mesma proporção de três para um [Ensino Pago, Um Retrato sem Retoques]. Para termos uma ideia, entre 1968 e 1972, o CFE (Conselho Federal de Educação) autorizou diante de 938 pedidos a criação de 759 novos cursos em Faculdade Privadas, sob o argumento de necessária expansão do ensino superior no País sob o argumento mercantil da “demanda reprimida” e com vistas a dismantelar as resistências ao golpe organizadas no movimento estudantil.

Ao longo do artigo vemos então como, no estudo de caso da UNESA (Universidade Estácio de Sá), se verifica o que foi comum a todo o sistema de ensino superior no Brasil a partir de então. [1] O começo como Faculdade isolada; [2] a majoritária oferta de cursos das áreas de ciências sociais e humanas, [3] a transformação em Universidade com total liberdade para criar cursos mormente a aprovação da autonomia universitária contida na Constituição de 1988; [4] a expansão vinculada às transformações possibilitadas pela LDB de 1996 e toda regulação infra-constitucional posterior levada a cabo por dentro do CNE (Conselho Nacional de Educação) que possibilitou a existência de cursos superiores de curta duração como os cursos sequenciais, oferecidos em diversas modalidades como a modalidade a distância e com base em demandas de mercado; [5] a mudança legal possibilitada pelo Decreto 2.306 de agosto de 1997 que permitiu a mudança da natureza civil e comercial das fundações mantenedoras das IES privadas, possibilitando que passassem a ser instituições com fins lucrativos e pudessem ter seu capital aberto na bolsa de valores na forma de ações; [6] a passagem da propriedade dessas instituições de proprietários privados e conhecidos, para instituições financeiras como Bancos e Fundos de Investimento; [7] um período inicial de incorporações de diversas faculdades isoladas, adquiridas com dinheiro captado no mercado de ações e o processo posterior de grandes fusões que têm conformado imensas corporações educacionais comandadas pelo capital fictício. (MANCEBO E VALE, 2013, pp. 81-98)

Todo este processo de expansão mercantil do sistema universitário brasileiro, não poderia ter se dado sem que o Estado transferisse de diversas maneiras, imensas somas de recursos para as entidades privadas, criasse uma legislação que lhe fosse favorável e garantisse com recursos públicos a formação de um corpo profissional, por intermédio de instituições como CAPES, que pudesse atuar de maneira cada vez mais proletarizada no mundo do trabalho docente.

A transferência de recursos públicos para entidades privadas se deu por intermédio de incentivos financeiros diretos em programas como CREDUC e FIES, que financiaram altas taxas de lucro a juros baixos bancados pelo Estado à serviço dos empresários e, por intermédio de incentivos indiretos, mormente aqueles vinculados às múltiplas formas de isenção fiscal (IPTU, ISS, IR) como ocorreu com programas como o PROUNI.

Um exemplo claro dessa razia de renúncia fiscal e transferência de capitais da esfera pública para privada, é-nos apresentada com relação a documentos de auditoria que foram analisados por Denise Mancebo e Andréa Vale e aparecem no montante do patrimônio avaliado antes de lançar ações no mercado de valores:

“Apenas para se ter uma ideia do quanto as isenções podem ter significado financeiramente para a instituição, na primeira demonstração financeira realizada pela auditoria Ernest & Young, quando da formação da Companhia Estácio Participações S.A, em 31 de março de 2007, informou-se que R\$ 96 milhões e 482 mil reais – de um valor patrimonial, em cotas da Seses e de outras mantenedoras, de R\$ 123 milhões e 554 mil – ‘[...] foi registrado na Companhia em rubrica específica de reserva de capital (ágio na subscrição de ações)’ o que se referia substancialmente, ‘ao saldo remanescente dos resultados acumulados auferidos pelas empresas controladas (Seses e Mantenedoras) antes da transformação de suas forma jurídica de entidades sem fins lucrativos para sociedades empresariais’ (Estácio Participações S.A, 2007, p. 27)” (2013, p. 87)

Apenas para termos uma ideia do quadro que encontramos hoje com relação ao processo de incorporações e fusões ocorridos no setor educacional, ao ponto de deixar de ser o tema um problema do MEC para tornar-se uma preocupação do CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica), vejamos o que diz Pedro Henrique de Sousa Tavares em sua dissertação orientada pelo Professor Roberto Leher, defendida em 2014 na UFRJ e intitulada Os Fundos de Investimentos e o Movimento do Capital no Ensino Superior Privado: mercantilização de novo tipo?

“Defendemos a hipótese da financeirização do ensino superior na medida em que quatro dos cinco maiores grupos educacionais são controlados por fundos de investimento

ligados ao setor financeiro – no caso a Estácio, Unip (Universidade Paulista), Anhanguera, Kroton e Laureat. A Estácio era controlada pelo fundo GP Investimentos, a Anhanguera pelo Banco Pátria, a Kroton pela Advent International, e a Laureat pelo fundo KKY. Além desses também identificamos o Cartesian Group na Faculdade Mauricio de Nassau e o banco americano Best Associates, do Texas, na UNIJORGE (Centro Universitário Jorge Amado).” (2014, p. 99)

O que chama atenção é que como a educação superior virou um negócio com aporte financeiro alocado na bolsa de valores e recebendo recursos que deveria remunerar com juros um dinheiro que nunca sai da esfera da circulação, temos as incorporações e fusões realizando um processo de concentração de capitais que obedece a lógica da cartelização e monopólio daquilo que deixou de ter o caráter de educação como direito social e bem comum para tornar-se mais que uma mercadoria, uma mercadoria que é como um cachorro a procura de morder o seu próprio rabo.

É por isso que assistimos a fenômenos que não imaginávamos possíveis, como o do CADE interferindo na fusão bilionária que deveria em 2011, com um negócio em torno de R\$ 14 bilhões de reais ter juntado a Kroton e a Anhanguera, para criar segundo os gestores financeiros dessa gigante do setor educacional-mercantil o “que é considerado hoje o maior conglomerado da área educacional do mundo” (REVISTA FÓRUM 124, 23 de Agosto de 2013).

As megafusões evidenciam muito e começam depois de milionárias incorporações. As incorporações param para dar lugar às fusões quando já não se pode mais abolir toda a concorrência e é preciso estabelecer o que é inerente ao próprio capital: sua inexorável tendência ao monopólio.

Pedro Tavares nos oferece substantivos números desse largo processo de incorporações em curtíssimo prazo.

“No ano de 2012 a Estácio pretendia investir R\$ 320 milhões para expandir-se nas regiões Norte, Nordeste e Sudeste. Neste ano a Kroton adquire a Unirondon e a Uniasselvi, investindo aproximadamente R\$ 532 milhões e incorporando quase 92 mil novos alunos e matrículas à sua estrutura. O ano de 2012 por sua vez teve 133 instituições adquiridas, movimentando um valor próximo a R\$ 6,8 bilhões. Apenas os quatro maiores grupos que atuam no ensino superior no referido ano foram responsáveis por 79 destas 133 transações, quase 60% com a Anhanguera adquirindo individualmente 32 instituições, Kroton 19 e Estácio 18, Laureate e outras dez.” (2014, p.104)

Os negócios são feitos, assim como nos bancos, com relação a número de clientes, no caso do mercado educacional a base do cálculo para as incorporações é, prioritariamente, o número de matriculados e são estes números de matrícula, associados a custos de manutenção tendentes a zero e altas taxas de lucro, anunciadas trimestralmente e que constam dos balanços financeiros apresentados aos acionistas que emprestaram dinheiro com um único fim, receber mais dinheiro para, enfim, continuar emprestando dinheiro.

E o aumento das matrículas tem sido exponencialmente crescente em função de fenômenos técnicos e informacionais que possibilitam hoje a estes grandes conglomerados investir pesado na EaD, sendo a educação à distância um dos maiores portfólios da Kroton que, dentre suas aquisições bilionárias, comprou por R\$ 1,3 bilhão a UNOPAR para a qual trabalhou como um dos seus principais divulgadores o rostinho bonito do ator Reynaldo Gianecchini. A UNOPAR foi transformada em dos maiores centros de educação a distância no Brasil, com atuação hoje em quase todo território nacional onde chegue um sinal de internet.

Além disso é importante salientar que dentre os negócios destas corporações educacionais está também o da produção de material didático em diversos suportes e com a finalidade de produzir não apenas materiais, mas operar mudanças nos próprios processos de aprendizagem que se conectam hoje à mobilidade estudantil garantida pela oferta de currículos internacionalizados, à criação de ambientes de aprendizagem virtual e a métodos que tem destruído a autonomia intelectual docente e servido como reguladores e disciplinadores do trabalho dos professores (as) em todos os níveis e instâncias.

É “assim, [que] uma das maiores empresas educacionais do país [UNESA] tem seu controle pulverizado por uma série de investidores, que não sabe quem são, onde estão e o que querem em termos de ‘projeto educacional’, aprofundando-se a administração gerencial centrada em redução de custos-economia de escala, no aumento das margens de lucro para remuneração dos acionistas e alimentação da própria expansão, especialmente pela via financeira.” (MANCEBO E VALE, 2013, p. 95)

E esta lógica gerencial de mercado penetrou fundo a esfera da educação pública e o fez não a partir de elementos formados fora dela, mas fundamentalmente a partir de uma meritocracia que começou a lidar com um olhar privado para a coisa pública.

Esta meritocracia vinculada fundamentalmente à pesquisa e pós-graduação criou dentro da Universidade pública um sem número de Fundações Privadas, que tinham sob o manto quase santificado da necessária desburocratização do acesso aos recursos públicos, o interesse manifesto de criar canais e mediações para vender ao mercado serviços

os mais variados. Estes serviços variavam de cursos diversos ao nível da graduação de pós-graduação, a assessorias especializadas, até convênios com laboratórios de grandes corporações como Nokia, Monsanto, Bayer, etc., para produzir ciência e tecnologia a custo baixo e com dinheiro público a serviço do grande capital.

É esta mesma meritocracia que, dirigindo estes fundos privados dentro da universidade pública, fez da atividade intelectual acadêmica de pesquisa uma atividade de viés produtivo com base em fomento que derivava, direta ou indiretamente, dos interesses do mercado. Salvo raro e gloriosas exceções.

A esta meritocracia que assumiu o discurso de gerência da ciência, cabe imputar a responsabilidade por, no mesmo movimento de mercantilização do ensino privado superior brasileiro, ter quebrado por dentro o sentido público da universidade e ter realizado este processo a partir, nomeadamente, de uma pós-gradualização subalterna ao mercado e ao modelo internacional de *business science*.

A expansão que esta meritocracia burocratizada e mercantil canta aos quatro cantos como uma conquista maravilhosa, ao ponto de serem jocosamente tratados como comitê dos numerólogos alienados (ROCHA E SILVA, 2009 *apud* TOURINHO E PALHA, 2014) da CAPES entre pares mais irônicos, o que não é o nosso caso, começou com muitos passando de meros detentores de títulos de doutorado que foram defendidos depois de mais de uma década e acabaram sem nenhuma publicação, a defensores de um produtivismo que: 1) reclama o encurtamento da formação na pós-graduação strictu senso; 2) exige publicação em periódicos internacionais bem rankeados, preferencialmente em língua inglesa; 3) cria critérios não muito públicos para processos de avaliação de publicações nacionais; 4) absorve critérios avaliativos para as ciências humanas que são utilizados nas hard science; 5) fomentam o ingresso dos pesquisadores no mundo encantado da ciência financerizada; 6) adoram uma postura de gerentes especializados em negócios de pós-graduação; (7) criam hierarquias e apartheids entre os colegas que não produzem no tempo do mercado ou não se submetem ao processo de salame science ou a pesquisa servida em fatias; (8) defendem que os pós-graduandos devem trabalhar como estagiários mal-pagos para diversas atividades, mas fundamentalmente aquelas que engordem o lattes dos orientadores com co-autorias e melhorem as notas dos programas; (9) vivem de procurar adaptar índices de medição da financial science, como os índices G e H, como critérios de legitimidade e excelência científica e (10) descolaram-se completamente ou quase completamente da graduação que vêm como desperdício de tempo e atividade menor, relegável a docentes com empregos precários e temporários.

As críticas expressas aqui não são diferentes daquelas publicadas em língua inglesa em 2015 por dois docentes holandeses Willen Halffman e Hans Radder, *The Academic Manifesto: From an Occupied to Public University*, em que defendem a passagem de uma universidade hoje ocupada pelos lobos à uma universidade pública e gratuita, esta mesma que o golpe civil-jurídico-empresarial-parlamentar que agora vivemos deseja acabar de todas as maneiras no Brasil.

Por isso lê-se logo nas primeiras palavras o sentido de ocupação a que estamos submetidos:

The university has been occupied – not by students demanding a say (as in the 1960s), but this time by the many-headed Wolf of management.¹ The Wolf has colonised academia with a mercenary army of professional administrators, armed with spreadsheets, output indicators and audit procedures, loudly accompanied by the Efficiency and Excellence March. Management has proclaimed academics the enemy within: academics cannot be trusted, and so have to be tested and monitored, under the permanent threat of reorganisation, termination and dismissal. The academics allow themselves to be meekly played off against one another, like frightened, obedient sheep, hoping to make it by staying just ahead of their colleagues. The Wolf uses the most absurd means to remain in control, such as money-wasting semi- and full mergers, increasingly detailed, and thus costly, accountability systems and extremely expensive prestige projects. (HALLFMAN e RADDER, 2015, p. 165)

O artigo denuncia a emulação a competição fratricida a que são levados os docentes; o cinismo do discurso de eficiência e eficácia acadêmica que leva à ideologia da adoração à excelência; o modo como os setores de marketing e propaganda tem se tornado mais importantes que aqueles vinculados às atividades fins das universidades, como ensino, pesquisa e extensão.

Uma das coisas mais chocantes no artigo desses holandeses é o modo como se destruiu a carreira docente, como se proletarizou a vida dos professores, como a faina intelectual se tornou submissa à lógica das grandes corporações, como os postos de trabalho foram sendo extintos para garantir contratações temporárias e mal pagas, como estes trabalhadores docentes foram sendo submetidos a relações aviltantes e completamente distantes de qualquer possibilidade de participar das decisões institucionais, acadêmicas ou científicas.

Para concluir não é de se estranhar que a maior Universidade brasileira, a Universidade de São Paulo, tenha agora como Reitor, o professor Marco Antonio Zago, que já foi presidente do CNPq e recentemente resolveu com seu séquito, contratar a consultoria da Mckinsey & Company para prestar serviços à perversa lógica de demitir funcionários, realizar um processo de avaliação draconiano dos docentes com vistas a lhes pagar menos ou mesmo mandá-los embora, perseguir estudantes que se contrapõe às suas políticas, descumprir decisões dos fóruns decisórios, colegiados e instâncias legalmente constituídas

da universidade e usar da violência policial de maneira deliberada e gratuita como fez no último dia 07 Março de 2017.

A destruição da universidade pública brasileira, passa ainda pela destruição do trabalho docente em todos os níveis e aqueles que estão na CAPES não podem colaborar com isso, escondendo-se por traz do discurso da boa gestão, dos índices de eficiência e de avaliações pretensamente igualitárias e justas.

A nós que somos chamados a defender o patrimônio de muitas gerações que tornaram possível um sistema público de ensino de qualidade referenciada, gratuito e acessível a milhões de trabalhadores, cabe defender a universidade pública como um bem comum e um direito coletivo.

É por isso preciso repetir todos os dias, como um mantra: FORA ZAGO, FORA TEMER e se preciso for, FORA AQUELES QUE AGORA CONDUZEM A CAPES COM LÓGICA FINANCEIRIZADA.

REFERÊNCIAS

1. CHESNAIS, François. "A Proeminência da Finança no seio do 'capital em geral', o capital fictício e o movimento contemporâneo de mundialização do capital." In: BRUNHOFF, Suzanne et al (org). **A Finança Capitalista**. Tradução Rosa Maria Marques e Paulo Nakatani. São Paulo, Alameda, 2010. (pp. 95-182)
2. HALLFMAN, Willem; RADDER, Hans. "The Academic Manifesto: From an Occupied to a Public University". In: MINERVA **A Review of Science, Learning and Policy**. June 2015, Volume 55, Issue 2, pp. 165-187. [Halffman, W. & Radder, H. Minerva (2015) 53: 165. doi:10.1007/s11024-015-9270-9]
3. MANCEBO, Deise e VALE, Andréa Araujo. "Expansão da Educação Superior no Brasil e a Hegemonia Privado-Mercantil: o caso da UNESA." In: **Revista Educação e Sociedade**, Campinas. V. 34, n. 122, pp. 81-98, Janeiro-Março, 2013.
4. MARX, Karl. **O Capital**. Livro III: O processo global de produção capitalista. Vol. V, 5ª ed. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro, Bertrand, 1991. [Da edição original Das Kapital, 1894]
5. REVISTA FÓRUM. "Educação sob Domínio do Capital Estrangeiro." Por Felipe Rousselet e Glauco Faria, 23 de Agosto de 2013. In: <http://www.revistaforum.com.br/2013/08/23/sob-o-dominio-do-capital-estrangeiro/> Acesso em 20 de Março de 2017.
6. SOUSA NETO, Manoel Fernandes. "Queime depois de ler". In: SPOSITO, Eliseu Savério et alli (org). **A Diversidade da Geografia Brasileira: escalas e dimensões da análise e da ação**. Rio de Janeiro, Editora Consequência, 2016. (pp. 83-94)

7. TAVARES, Pedro Henrique de Sousa. **Os Fundos de Investimento e o Movimento do Capital no Ensino Privado Superior Privado:** mercantilização do novo tipo? Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRJ. Rio de Janeiro, 2014. (124 p.)
8. TOURINHO, Manoel Medeiros e PALHA, Maria das Dores Correia. A Capes, a Universidade e a alienação gestada na pós-graduação. In: **Cadernos EBAPE.BR**. FGV, v. 12, n. 2, artigo 5, Rio de Janeiro, Abril-Junho 2014. (pp. 270-283)

ARTIGO RECEBIDO EM MAIO DE 2017.

ARTIGO APROVADO EM JULHO DE 2017.